

DOI:10.4025/5cih.pphuem.0301

A “Legião Estrangeira” de Mussolini. Os voluntários não-italianos na Guerra da Etiópia, 1935-1936*

Prof. Dr. João Fábio Bertonha ¹

Resumo: O objetivo central desse texto é apresentar os resultados de uma pesquisa recém concluída sobre a experiência de membros de vários movimentos fascistas europeus e americanos que se apresentaram para lutar, pela Itália, na guerra da Etiópia entre 1935 e 1936. Após alguma discussão, a idéia foi rejeitada pelo governo italiano, mas milhares de candidatos se apresentaram para a Legião, de todo o mundo. A idéia da Legião, mesmo frustrada, é uma boa oportunidade para entender as conexões, solidariedades e contradições entre os movimentos fascistas e para discutir as similaridades e divergências entre eles. As origens dos voluntários, suas perspectivas ideológicas e políticas e suas conexões com a Itália e com seus países de residência serão especialmente enfocadas.

Palavras-chave: Fascismo italiano, voluntários estrangeiros, Guerra da Etiópia.

Introdução

Em 1935, a Itália fascista invadiu o então reino da Etiópia, iniciando uma guerra que se estendeu por vários meses e que acabou com a anexação do país ao Império colonial italiano, no qual ele permaneceu até a derrota do fascismo na Segunda Guerra Mundial.

Sem querer entrar em detalhes a respeito de um conflito cujos meandros e motivações já foram objeto de um sem número de publicações na Itália, o presente texto visa abordar um tópico bastante especial: a idéia de criar uma “Legião Estrangeira”, nos moldes da francesa ou da espanhola, para lutar, dentro do Exército italiano, contra os etíopes.

Tal projeto, praticamente desconhecido dentro dos estudos relacionados à guerra ou ao fascismo, não foi levado adiante, por motivos que serão expostos a seguir. Não obstante, ele revela uma faceta da história do regime e da guerra que merece ser recuperada, já que nos ajuda a compreender algumas das motivações, hesitações e temores de Roma durante a aventura etíope. Do mesmo modo, o estudo dos voluntários, de suas motivações e interesses, nos permite colocar em perspectiva tanto o tema da solidariedade inter-fascismos como olhar por um ângulo diverso a história social da Europa e das Américas naqueles anos.

Nesse sentido, o texto se iniciará com a apresentação do projeto em si, como ele surgiu e foi debatido dentro das várias instâncias do governo italiano até ser, finalmente, recusado. Posto isso, passarei à análise dos voluntários em si, das suas origens nacionais e das motivações – políticas, sociais e outras – que os levaram a se voluntariar. Por fim, farei algumas considerações relacionadas, especialmente, ao tópico da solidariedade entre os fascismos e como a idéia da Legião (e sua recusa) se relaciona a este.

Ressalto, por fim, que o espaço só me permitirá a apresentação de uma pequena parte do material coletado durante a pesquisa. Realmente, apenas nos fundos do ASMAE (Archivio Storico-Diplomatico del Ministero degli Affari Esteri), em Roma, localizei milhares de documentos que tratam deste assunto, sem contar os identificados em outros arquivos italianos. A idéia, portanto, é apenas esboçar algumas hipóteses, com a expectativa que seja possível publicar um artigo mais completo no futuro.

Pelo mesmo motivo de restrição de espaço, serei comedido ao extremo nas citações de documentos. Serei preciso quando for necessário, mas, em geral, farei análises baseadas na visão de conjunto da documentação e sem citar a bibliografia de apoio disponível.

O projeto de uma “Legião Estrangeira” fascista

A primeira menção que encontrei a respeito da idéia de uma Divisão de voluntários estrangeiros é de 3 de agosto de 1935. Nesta data, o Ministero delle Colonie enviava uma carta ao Marechal Badoglio, então chefe do Estado-Maior geral, na qual se informava que o Duce havia ordenado um estudo sobre a conveniência em constituir uma divisão estrangeira colonial para ser utilizada no fronte somali. À carta, era anexado um estudo preliminar (“Costituzione di una divisione straniera coloniale”) e se solicitava o parecer a respeito do mesmo².

O estudo pressupunha que, com adequada propaganda e recompensas financeiras, haveria voluntários mais do que suficientes para formar uma unidade. Após longas discussões sobre os requisitos mínimos e como organizar estas forças em uma unidade coerente, ressaltava-se a necessidade de pagar bem a eles. Afinal, os motivos de

alistamento poderiam ser ideais (como o fascínio de Mussolini e do fascismo) ou mais práticos, como a necessidade de cancelar um passado sórdido, espírito de aventura, etc., mas soldos e recompensas adequadas seriam fundamentais para atrair e manter os voluntários.

Segundo este estudo, a Legião deveria ser formada, caso se decidisse pelo formato divisionário, por 225 oficiais, 269 suboficiais e 7749 soldados estrangeiros, a maioria na infantaria. Eles seriam suplementados, nos serviços de apoio, como artilharia e comunicações, por 178 oficiais, 134 suboficiais e 2270 soldados italianos, o que daria, à unidade, um orgânico de cerca de dez mil homens.

Doze dias depois, em 15/8/1935, Badoglio respondeu ao Ministero delle Colonie. Após ressaltar que apreciava os motivos, especialmente políticos, da proposta, informava que razões políticas e morais a inviabilizavam. Para ele, a guerra seria grandemente nacional e popular, pelo que o Duce havia ordenado que os Camisas Negras participassem. Seria também uma vingança por Adua, sombra que ainda envergonharia os italianos frente aos estrangeiros.

Uma divisão estrangeira poderia ser até útil, mas seria improvisada e poderia, no campo de batalha, reservar surpresas militares (e políticas) desagradáveis. E, mesmo que se saísse bem, sempre haveria quem começasse a dizer que os estrangeiros venceram a guerra para os italianos. E essa seria a chance para os italianos demonstrassem a renovação nacional e vingar a derrota de 1896. Caberia aos italianos, pois, lutar e não aos estrangeiros. Muito emblematicamente, Badoglio acrescenta as seguintes palavras ao original datilografado da carta: “Adua foi derrota italiana, a ser vingada por soldados italianos”.

Seguindo o fluxo de mensagens dentro dos ministérios das Relações exteriores e da guerra italianos³, nota-se que a idéia continuou a ser discutida ainda por algum tempo, especialmente por iniciativa do Ministero degli Affari Esteri. Em 20 de agosto de 1935, o Ministero chegou a apresentar a Mussolini um documento no qual rebatia os argumentos de Badoglio e defendia que a Legião pudesse ser constituída de imediato, com os devidos ganhos políticos, mas a ser utilizada apenas no futuro, na administração da colônia já conquistada.

Em setembro e outubro de 1935, o MAE continuou insistindo no tema, mas o parecer contrário dos militares, contudo, parece ter sido decisivo e a idéia não foi em frente. Os voluntários receberam cartas de agradecimento das representações italianas e brochuras em inglês, francês, alemão e espanhol (conforme a origem) defendendo o ponto de vista italiano da guerra, mas nada além disso. Mesmo assim, o estudo dos que se apresentaram para a Legião pode ser de interesse para a história do fascismo e da sua primeira guerra.

Os voluntários para a “Legião Estrangeira” italiana

A documentação coletada pelo governo italiano sobre os voluntários estrangeiros – arquivada em vários fundos do ASMAE, mas especialmente no denominado “Etiopia, Fondo di Guerra (1935-40)” – reúne milhares de cartas, papéis e circulares, vindas de todo o mundo. Se fosse necessário processar os dados constantes em todos estes documentos para produzir uma visão geral a respeito dos voluntários, isso demandaria trabalho minucioso e demorado. Para nossa sorte, contudo, o próprio governo italiano fez esse levantamento, o que nos permite ter dados quantitativos razoavelmente precisos sobre os voluntários e suas origens.

Num primeiro momento, entre fevereiro e julho de 1935, segundo um memorando de 23 de julho de 1935, uns 200 homens haviam se voluntariado em todo o mundo, com destaque para 75 austríacos, 40 gregos e 20 húngaros. Em setembro, o número havia chegado em 1340 e, em outubro, a 2000.

Outro levantamento, de janeiro de 1936, mesmo contabilizando apenas os pedidos recebidos entre 8 de agosto (quando uma circular do Ministero degli Affari Esteri- MAE - já havia orientado às representações diplomáticas a responderem negativamente aos pedidos) e 31 de dezembro de 1935, era bem mais preciso. Nele, o MAE contabilizava em cerca de 3500 os pedidos individuais, assim distribuídos⁴:

África do Sul	51	Finlândia	2	Pérsia	1
Albânia	40	França	315	Peru	6
Alemanha	345	Grécia	75	Polônia	105
Argentina	30	Holanda	101	Portugal	12
Armênia	2	Hungria	189	Romênia	536
Austrália	4	Iêmen	2	Rússia	22
Áustria	250	Inglaterra	122	São Marino	14
Bélgica	115	Índia	25	Síria	13
Bolívia	126	Iraque	5	Suécia	23
Brasil	13	Irlanda	3	Suíça	20
Bulgária	20	Iugoslávia	280	Tchecosl.	114
Canadá	5	Letônia	36	Turquia	6
Costa Rica	7	Liechtenstein	1	Uruguai	1
Chile	40	Lituânia	22	USA	45
China	1	Marrocos	1	Venezuela	25
Dinamarca	15	México	4	Não precisado	30
Danzig	3	Noruega	5		
Egito	102	N. Zelândia	5	Total =	3432 homens.
Espanha	75	Palestina	8		
Estônia	10	Paraguai	4		

Mesmo sendo mais detalhado, este mesmo documento esclarecia que algumas pessoas haviam oferecido alistamentos coletivos, o que, em caso de serem verdadeiros e fossem aceitos, significaria no mínimo mais alguns milhares de homens disponíveis, entre os quais 1500 albaneses, 2500 húngaros, 300 sul-africanos e 1500 búlgaros. Estas eram, no entanto, conforme esclarecido pelos diplomatas, ofertas fantasiosas, que podiam não se concretizar. Também esclarecia que alguns pedidos haviam sido feitos diretamente aos Ministérios militares ou a Secretaria Particular do Duce.

Isso indica como não há como ter precisão numérica sobre os que se voluntariaram, mas algumas aproximações são possíveis. Efetivamente, os dados presentes nestes documentos e em outros são suficientes para quantificar os voluntários na faixa de quatro mil homens e, ainda mais importante, entender quem eram eles, suas motivações e origens em termos geográficos, sociais e políticos.

O perfil do voluntário

Numa análise geral, o perfil do voluntário que se oferecia à representação italiana mais próxima era de um homem jovem (ainda que muitas mulheres tenham se oferecido como enfermeiras e pessoas de meia idade não fossem incomuns),

desempregado em busca de emprego e com uma visão aventureira da guerra. Muitos tinham experiência militar (seja na guerra de 1914-1918, nas forças armadas de seu país ou como mercenário), e com perfil político de direita ou abertamente fascista.

O mais comum, evidentemente, era a combinação de uma ou mais destas facetas na mesma pessoa. Tais combinações, contudo, não eram aleatórias e variavam de país para país, o que indica como o contexto de cada nação influía significativamente nas escolhas individuais dos voluntários.

Homens que se ofereciam por solidariedade fascista eram relativamente comuns e encontramos referências a ofertas de alguns espanhóis pertencentes à *Falange Española*, de um membro do fascismo português, de adeptos do general O'Duffy na Irlanda e de alguns fascistas britânicos. Eram, porém, na maioria, casos isolados.

A solidariedade fascista é mais representativa, ainda que não a maioria, nos pedidos vindos da Áustria, da França, da Holanda e da Bélgica, especialmente de membros ou simpatizantes de movimentos próximos à Itália (e que dela recebiam, inclusive, financiamento), como a *Heimwehr* austríaca, a *Legión Nacional* belga, do movimento de Mussert na Holanda e, especialmente, de grupos fascistas ou simpatizantes do fascismo (*Croix de Feu*, *Francisme*, *Jeunesses Patriotes* e *Action Française*) franceses.

Da Alemanha, refletindo o estado do relacionamento entre fascismo e nazismo naquele momento, os pedidos com motivação na solidariedade fascista são relativamente poucos e normalmente de pessoas excluídas, de alguma forma, da nova ordem de Hitler. Há alguns ex-membros dos *Freikorps*, um adepto do movimento nacionalista *Stahlhelm* que se declarava antinazista, um austríaco nazista refugiado na Alemanha e até mesmo membros da SS e do NSDAP que haviam se afastado do partido.

Outra solidariedade ideológica identificável foi a dos anticomunistas em geral, presentes em pedidos de russos, ucranianos, georgianos e outros ex-membros dos Exércitos czaristas ou brancos refugiados em vários países da Europa e das Américas. Vários dos finlandeses, dos poloneses e dos bálticos também se encaixam nesse padrão. A solidariedade racial da raça branca também foi um elemento identificável em alguns dos pedidos da Alemanha, da Inglaterra, da Polônia e de alguns países hispano-americanos, como o Peru e a Bolívia.

Questões de identidade ou de criação/recuperação de capital político também não foram raras. Há registros de certas minorias (como a de língua alemã da Tchecoslováquia e Romênia, a albanesa da Grécia ou a cristã na Palestina) como super-representadas nos pedidos de alistamento, o que pode indicar desejo de visibilidade ou de fuga de repressão.

O mesmo pode ser dito de certos grupos de militares que haviam se rebelado a seus governos e desejavam se alistar para fugir do ostracismo político, como na Grécia ou na Lituânia. Por fim, há alguns registros de cidadãos de Malta e de filhos e netos de italianos nascidos no Brasil, na Argentina e, em menor escala, na França e nos Estados Unidos, solicitando o recrutamento para se afirmarem como membros da estirpe itálica.

A motivação da maior parte dos alistamentos parece, contudo, ter sido menos ideológica e mais explicável por um viés econômico-social. Os ex-combatentes eram muito comuns, especialmente da geração que havia lutado em 1914-1918 ou nas guerras posteriores no Leste da Europa (como nos países bálticos ou na Rússia). Os aventureiros e soldados da fortuna propriamente ditos estavam por toda parte, mas há um número proporcionalmente alto destes nos países anglo-saxões e na Escandinávia, incluindo vários aviadores e mecânicos de aviação.

Um grupo, contudo, que chama especialmente a atenção são os veteranos de guerras há pouco concluídas e que procuravam emprego como soldados. É o caso de dezenas de ex-combatentes bolivianos, paraguaios e alguns chilenos da guerra do Chaco; portugueses e espanhóis que haviam participado das então recentes campanhas de pacificação do Marrocos ou de soldados que haviam dado baixa há pouco tempo da Legião Estrangeira francesa ou das tropas coloniais holandesas ou belgas.

A forte crise social e o desemprego do período são realmente os elementos centrais para explicar o voluntariado para a guerra fascista, em todos os países. Não obstante, a intensidade da crise social em alguns contextos explica, segundo os próprios diplomatas italianos, o forte número de pedidos de alistamento em alguns países, como a Bulgária e a Romênia. Em geral, homens simples que estavam dispostos a qualquer coisa por uma ocupação, mesmo lutar na infantaria, mas também pessoal mais qualificado, como mecânicos, médicos ou engenheiros.

Já os judeus são uma questão a parte dentro dessa problemática. Um judeu da Polônia ofereceu a formação de uma legião hebraica para a luta e outro do Egito sugeriu o mesmo. Da própria Itália, em 10 de outubro de 1935, o rabino chefe da comunidade judia de Abbazia, prof. Alessandro Stein, escreveu a Mussolini propondo a formação de uma legião de voluntários judeus poloneses e alemães. Estes deveriam ser recompensados, depois da guerra, com um pedaço de terra, seja na Etiópia seja na própria Palestina⁵.

Mesmo levando-se em conta a política pró-sionista de Mussolini naquele momento, o projeto não parece ter sido levado a sério. Mesmo assim, há numerosos pedidos de judeus que queriam se alistar nas forças italianas. Quase um quarto dos pedidos oriundos da Alemanha é de judeus (com uma presença forte de médicos), os quais afirmam claramente que desejam se alistar para poderem fugir das perseguições nazistas e começar uma nova vida na Itália. Um fato surpreendente para analistas de hoje, mas que fazia sentido num momento em que o anti-semitismo do fascismo italiano ainda não tinha se convertido em política de Estado, o que só aconteceria dois anos depois.

Conclusões

Quando examinamos os dados disponíveis, fica evidente que, se tivesse sido constituída (e supondo-se, claro, que todos os que se ofereceram iriam efetivamente se apresentar e serem aceitos), a Legião teria sido muito menos um corpo de voluntários motivados ideologicamente e muito mais uma “Legião Estrangeira” nos moldes da espanhola ou francesa, como, aliás, os próprios fascistas tinham planejado. Os realmente fascistas, ou ao menos com simpatias pela ideologia fascista, eram realmente minoria frente a uma massa de desempregados, aventureiros, ex-combatentes e pessoas que desejavam recomeçar suas vidas. Essa dupla falta de interesse (do governo italiano em fazer, da sua Legião, algo mais ideologicamente marcante, e dos fascistas do mundo em se integrarem a ela) é realmente algo relevante e que merece ser estudado em detalhes.

Fica realmente a questão do porquê dos inúmeros movimentos fascistas da Europa e das Américas (mesmo aqueles financiados e apoiados pela Itália, como os da França, Áustria, Brasil, Inglaterra e outros) não terem promovido ou estimulado o envio de homens para a luta na Etiópia, o que poderia ter ampliado substancialmente o número de “fascistas” entre os voluntários.

A questão ainda precisa ser investigada a fundo, mas uma das respostas talvez esteja no próprio nacionalismo destes movimentos. Mesmo vendo a conquista da Etiópia como uma causa justa e defendendo o ponto de vista da Itália em casa, os fascistas do mundo tendiam a ver, como campo de batalha real, os seus próprios países. Enviar homens para uma guerra italiana não traria benefícios políticos diretos e, portanto, não haveria porque pensar nisto.

O elemento central, contudo, para explicar o fracasso da Legião foi o posicionamento do governo fascista. Não querendo pagar os custos políticos e militares que a criação de uma Legião Estrangeira italiana (e, ainda mais, fascista) comportaria e dando, à conquista da Etiópia, uma conotação de guerra fascista e italiana, mas com ênfase no segundo elemento, quaisquer possíveis desdobramentos foram mortos no nascedouro

A política do governo italiano foi, realmente, a de evitar problemas com governos estrangeiros e dar, à guerra, um caráter de vingança pela derrota de Adua em 1896 e de superação da emigração pela conquista imperial. Um caráter, nesse sentido, de uma guerra italiana contra um inimigo nacional, e não uma guerra do fascismo contra seus inimigos ideológicos. Uma diferença central, que, neste caso, eliminou no nascedouro quaisquer chances de uma Legião de fascistas combatendo pela Itália.

Como possível comprovação disto, o regime formou, para a luta na Etiópia, a *Legione Parini dei fasci all'estero*, uma força de cerca de quatro mil homens formada por cidadãos italianos residentes no exterior, a qual lutou efetivamente na guerra e que foi, em boa medida, a alternativa encontrada por Roma a uma legião de voluntários estrangeiros. A *Legione Parini* é objeto de uma pesquisa aprofundada minha, a qual se converterá em livro em um prazo razoável, mas podemos adiantar como ela foi uma resposta nacionalista ao desejo de internacionalização do conflito de alguns fascistas, o que demonstra, sem dúvida, os limites do “internacionalismo fascista”.

* A pesquisa para o presente artigo foi feita nos arquivos italianos durante o ano de 2010, durante um pós-doutorado na Università di Roma, La Sapienza, sob a tutela do professor Bruno Tobia, a quem agradeço o apoio durante a sua realização. Agradeço igualmente ao CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, pelo financiamento deste estágio de pesquisa.

¹ Universidade Estadual de Maringá.

² Archivio Centrale dello Stato/ Carte Badoglio, b. 3, f. 5.

³ Ufficio Storico Stato Maggiore Esercito, D-1, b. 142, fascicolo 67 “Volontari”, sf. “Volontari legione straniera” e ASMAE/Affari politici, 1931-1945, Etiópia, fondo di guerra (1935-40), b. 18, f. “Arruolamento volontari stranieri per l’Africa orientale – Parte generale”.

⁴ Idem. Todos os levantamentos e cálculos estão nesta pasta.

⁵ Idem, f. “Arruolamento volontari stranieri per l’Africa orientale – Elenchi”, documentos vários.